

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2008

-----Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas vinte horas e dez minutos, no **Edifício da Assembleia Municipal**, sito no **Solar dos Gorjões**, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1. Pedido de autorização da Contratação de Empréstimo Bancário de Longo Prazo no valor de 600.000,00 €, destinado ao financiamento de obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008, nomeadamente em vias de comunicação;**-----

-----**2. Proposta de Alteração ao Regulamento e Planta Síntese do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire;**-----

-----**3. Proposta de Alteração ao Regulamento e Planta Síntese do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Porto de Mós;**-----

-----**4. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: António Manuel Pedroso do Rosário (P.S.D.); Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (PPD/PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga - Falta Justificada); Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – Falta Justificada); David Luís Durão (Falta Injustificada); José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieira Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita que estes apresentaram dentro do prazo regimental, acrescentando ainda que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso será substituído pelo secretário daquela Junta de Freguesia Ernesto Norberto Trindade.-----

-----Propôs depois que se fizesse um minuto de silêncio pela memória dos pais dos membros desta Assembleia António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa (P.S.) e de António Fernando Pardal da Silva (PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Alvados), que entretanto faleceram.-----

-----**2. LEITURA DA CORRESPONDENCIA:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a dar conhecimento da correspondência entrada desde a ultima sessão desta Assembleia, referindo que esta estaria disponível junto dos serviços administrativos deste órgão para melhor análise, se necessário.-----

-----**3. APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS DUAS REUNIÕES DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19.12.2007:**-----

-----Posta a votação, e não tendo havido intervenções, foi a acta da sessão ordinária realizada em 19.12.2007, **aprovada por unanimidade**.-----

-----**4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Fez menção a uma noticia que saiu no jornal *O Portomosense*, sobre a Casa Mortuária de Porto de Mós, e que segundo o mesmo, a Câmara terá definido o local situando-se este no Morro de Santo António, perguntando se o senhor Presidente da Câmara já havia ouvido a opinião dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia da Vila e o Pároco. Disse ainda que, em sua opinião, se deveria avançar o mais rapidamente possível, se bem, que qualquer que seja a localização que se escolha, nenhuma é perfeita para o fim em vista. Assim, disse, o que se deve é pensar numa obra digna e avançar com ela o mais rapidamente possível.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (P.P.):**-----

-----Interveio dizendo ser sua intenção também falar da Casa Mortuária, mas dado que o assunto já foi falado pelo anterior interveniente, apenas deixará algumas notas sobre esse assunto, dizendo que de uma vez por todas deve ficar esclarecido onde é que a Câmara e as Juntas de Freguesia definem a Casa Mortuária para evitar especulações desnecessárias. Acrescentou ainda que pessoalmente não gostaria que ficasse no Morro de Santo António, e que preferiria que ficasse junto da Igreja de S. João, dizendo que existem condições para isso, apelando a que de uma vez por todas este assunto fique definido e a população esclarecida.-----

-----Fez depois referencia à fonte do Castelo e ao estado de degradação em que a mesma se encontra, apelando a que pelo menos se realize ali uma operação de limpeza, de forma a dignificar o espaço.-----

-----Perguntou depois se as obras do espaço Internet eram para concluir durante o presente ano e também se está prevista a instalação de uma zona de rede sem fios de acesso à Internet (Wireless), dizendo que também isso traduz qualidade de vida.-----

-----Comentou depois a revista que lhes foi distribuída "*Viver Porto de Mós*", dizendo que está excelente. Disse não concordar que esta revista, ao contrário de outras opiniões, seja de propaganda politica, mas sim que ilustra e dignifica o concelho de Porto de Mós, tanto pela sua apresentação bem como pelo seu conteúdo, dando os parabéns ao executivo camarário. Perguntou ainda neste contexto, se não era possível pôr a revista *online* e também, qual a periodicidade desta revista.-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PSD):**-----

-----Referiu os problemas cada vez mais acentuados que a sua freguesia vem sofrendo dadas as limitações impostas pelo PDM, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se ultimamente se tem avançado alguma coisa, sobre esse assunto.-----

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (P.S.):**-----

-----Usando da palavra, perguntou se existe alguma data prevista para o término das obras na Escola EB 2, Dr. Manuel de Oliveira Perpétua, e em que fase é que se encontra, por achar que se trata de uma necessidade urgente, face aos perigos diários que ali se verificam.-----

-----Alertou ainda a Câmara Municipal para a questão da nossa água, dizendo que o executivo deve tomar medidas rigorosas por exemplo relativamente às descargas a céu aberto efectuadas pelas pecuárias do nosso concelho. Referiu ainda que a população não pode ser avisada após quatro dias da contaminação das águas pois isso pode trazer consequências muito graves para a saúde pública.-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (P.S.D.):**-----

-----Usando da palavra, disse que existem alguns problemas que o preocupam em Mira de Aire e referindo-se à paragem do autocarro, pediu ao executivo que tentasse arranjar uma solução para resolver aquela situação. -----

-----Manifestou o seu desagrado, relativamente ao facto de o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros cobrarem cem euros para dar um parecer acerca de uma obra, perguntando à Câmara se esta já encetou algumas demarches no sentido de o PNSAC não fazer tal cobrança. -----

-----Registou com agrado que uma das antenas (Wireless) de que falou Antonieta Mariano foi colocada nas Grutas de Mira de Aire, o que vem beneficiar o turismo, pois as pessoas passam a ter naquele local a possibilidade de estarem ligados à Internet se assim o quiserem. -----

-----Fez depois menção às obras que tem vindo a ser efectuadas no Parque Industrial de Mira de Aire, pedindo à Câmara que não se atrasem os esgotos e o alcatroamento da ligação do Covão da Carvalha a Mira de Aire -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, mas antes respondeu ao senhor Presidente da Assembleia relativamente às cartas que aquele referiu, uma delas da Dr^ª. Filomena Martins solicitando as actas dos 700 Anos de Foral e outra do PSD a solicitar informações. Quanto à primeira disse que o problema é que não ficaram registadas em formato nenhum, nenhuma das intervenções dos 700 Anos. Acerca desse assunto disse já ter falado com o Professor Carlos André, que tendo sido uma das ilustres personalidades presentes, se disponibilizou para junto dos restantes participantes, arranjar as intervenções de forma a que se possam publicar as actas. Quanto à carta do PSD, disse que esta semana responderia por escrito.-----

-----A **Vítor Louro Cordeiro**, respondeu que efectivamente nem sempre é fácil decidir, mas que se trata de uma infra-estrutura muito importante sendo a sua localização polémica porque é uma coisa que ninguém quer ao pé da porta. Disse depois que já falou com os Presidentes de Junta de Freguesia da Vila, com a Comissão Fabriqueira da Igreja representada pelo senhor Pároco, com a Santa Casa da Misericórdia tendo sido colocadas várias hipóteses: junto à Igreja de S. João, Junto ao Morro da Capela de Santo António, junto à Igreja de S. Pedro, e num espaço junto à Casa do Povo que é do seminário. Entre os vários intervenientes não houve consenso. Disse ainda que neste momento não é possível construir junto à Igreja de S. Pedro, que se insere num Plano de Pormenor que não prevê para ali mais construções, a não ser as dos três lotes que lá se encontram ainda por construir. Quanto à hipótese junto da Igreja de S. João, referiu a anuência do Presidente da Junta de S. João em que aqui se situasse a Casa Velório, podendo também assim contribuir para a requalificação desta zona degradada. No entanto foi imediatamente feita oposição acérrima pelos moradores e proprietários desta zona. Relativamente ao terreno que é propriedade do Seminário, o senhor pároco disse que o Seminário não vendia aquele espaço. Neste momento, resta o Morro de Santo António. Referiu que o edifício que ali venha a ser construído, será um edifício intimista de modo a não melindrar os idosos que se encontram no edifício ao lado. Concluiu dizendo que a hipótese junto à Igreja de S. João ainda está em aberto, estando programada uma outra reunião, sendo no entanto muito difícil, porque os proprietários não querem ceder e atendendo ao facto de as presentes instalações serem provisórias, importam resolver a situação quanto antes e sabendo que não irá haver consensos, terão que haver alguns cuidados com esta questão. -----

-----Referiu ainda neste contexto, a preocupação que a Câmara está a começar a sentir relativamente à falta de espaço no cemitério, tendo já iniciado conversações com os proprietários dos terrenos confinantes, para alargamento do mesmo.-----

-----Relativamente ao estado em que se encontra a Fonte do Castelo, assumiu que a mesma se encontra num estado deplorável, mas que se tinha pensado que aquela intervenção seria efectuada no âmbito da requalificação que está preparada para o Cemitério Velho, sendo este um projecto global. Fez ainda referencia ao facto de se ter demorado um ano para conseguir a aprovação do IGESPAR para as obras do Cemitério Velho. -----

-----Quanto ao Espaço Jovem, referiu que a obra terá início daqui a duas semanas e durará seis meses. Quanto ao wireless disse que existirá no Espaço Jovem, no Cinema, na Praça da República, assim como iremos ter em várias freguesias do concelho, que também se insere de acordo com o Programa Leiria Região Digital. No que se refere à revista Viver Porto de Mós, disse que não foi gasto muito dinheiro, porque tudo o que foi feito e concebido em termos gráficos, foi pelo pessoal da Câmara, desde as fotografias, aos textos, à composição gráfica. Relativamente à periodicidade, disse que será em princípio, semestral, e que a publicação *online*, dado existirem condições para isso, será levada em linha de conta.-----

-----Quanto ao PDM, disse que nesta fase ainda se está numa situação melindrosa de negociação das zonas urbanas do concelho de Porto de Mós encontra-nos à espera de um técnico da CCDR-C que venha ao concelho para ver caso a caso as zonas propostas.-----

-----Relativamente à intervenção de Rita Pereira, o senhor Presidente da Câmara respondeu que estava de acordo com ela no que se refere à demora das obras na EB 2, mas diz que há um pormenor importante e que se prende com a colocação de novos ecopontos enterrados.-----

-----Relativamente ao estado da água, disse não ser verdade apenas se ter feito o alerta às populações quatro dias após se saber dos resultados. Disse que um funcionário detectou a situação tendo sido feitas análises imediatas, o furo encerrado e esvaziadas as condutas, e a comunicação foi feita no dia seguinte.-----

-----Referiu depois que se está com alguns problemas e que a situação do abastecimento de água vai ser complicadíssima se não chover, porque os furos estão em baixo. Deixou por isso o alerta aos senhores Presidentes de Junta para que sensibilizassem as suas populações no sentido de evitar os desperdícios de água -----

-----Passou depois a responder a Carlos Alberto Gomes Jorge (PSD) acerca nomeadamente das alterações nos semáforos e à paragem dos autocarros. Referindo-se depois ao preço cobrado pelo PNSAC, para emissão de pareceres, disse que o mais grave é quando tem que pagar e o parecer é desfavorável. -----

-----Referindo algumas situações em que o PNSAC se tem mostrado inflexível, emitindo sucessivos pareceres desfavoráveis para construção em zonas que, do seu ponto de vista não se justificam, disse ainda que este tem vindo a obstaculizar o alcatroamento do estrada que liga a Mendiga ao planalto. -----

-----No que se refere ao asfaltamento da zona industrial de Mira de Aire, disse que é sua intenção realizá-lo, mas que primeiramente será concluído o saneamento, cujo projecto está em fase final de execução, sendo uma das obras que se irá candidatar, até porque nos termos da lei em vigor, o concelho terá que estar servido até 2013, em termos de saneamento, em cerca de 80% e cerca de 95% em termos de redes de água, sob pena de poder vir a ser penalizado. -----

-----**Gisela Rute Rosa Ferreira (P.S.):**-----

-----Iniciou a sua intervenção manifestando o seu apreço por todo o trabalho realizado por este executivo até agora, dizendo que a sensação que tem e que é partilhada por muita gente, é que o concelho está a acordar de uma apatia a que se tinha habituado a viver. Congratulou-se ainda com a publicação da revista que hoje foi aqui distribuída, elogiando-a. Referiu ainda, que, propaganda aqui, vê a propaganda à obra feita e divulgação do concelho que é o que é importante. Disse depois que iria indicar alguns aspectos de coisas que estão menos bem ou que poderão ser melhoradas pelo executivo, começando por referir as obras da EB2 e a urgência no seu término; a periculosidade que apresenta o cruzamento no Bairro do Carrascal, de quem vem do lado da escola; a resolução do problema da circulação dos peões entre a Escola Preparatória e o Manjolo; a urgência das obras na ponte com alargamento dos passeios que são exíguos e por eles circulam muitas crianças e jovens para frequentar as piscinas municipais. Referiu ainda as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

excelentes obras que foram feitas na Rua da Saudade, sugerindo no entanto que o trânsito naquela via tivesse apenas um sentido, uma vez que o parque escolar se situa todo do lado direito, fazendo-se a circulação automóvel no sentido do Tribunal para o Pavilhão Gimnodesportivo.-----

-----**José Jorge Couto Vala (P.S.D.):**-----

-----Disse que concorda com a revista municipal, achando que já devia existir há uns vinte anos. Recomendou a senhor Presidente da Câmara que pusesse as pessoas que conceberam o *layout* da revista a construir um novo site da Câmara, porque esse é uma vergonha e colocar lá *online* esta revista fica mal, embora seja preciso.-----

-----Referiu-se depois ainda à Casa Velório e à sua localização, dizendo que às sexta-feira, não é possível velar um corpo junto ao Morro de Santo António, fazendo referencia ao facto de ser dia de mercado e de ficar condicionada a passagem do cortejo fúnebre pelo meio do mercado, dizendo que também esta questão deve ser pensada antes de se fazer uma obra que não se quer fazer apenas por meia dúzia de anos.-----

-----Fez depois uma referencia a Daniela Santos, uma criança que viveu em Porto de Mós durante vários anos e que tinha atrofia espinal e muscular acentuada, e que faleceu ontem. Referiu-se depois ao facto de, ter sido possível através de um protocolo entre a Fundação PT, a Escola Professor Manuel Oliveira Perpétua e o Governo Civil de Leiria, em 2004 e no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, criar a esta jovem, com o financiamento por parte da Fundação Portugal Telecom, as condições de acesso ao mundo e também à sala de aula, enquanto aluna excelente que era, online, com um projecto inovador na altura, com a mais avançada tecnologia que existia no país, que foi sendo substituída à medida que a evolução da informática o exigia, sendo um projecto que terminaria no final do curso secundário, lamentando que o projecto não tivesse ido até ao fim, dado o falecimento da jovem com 13 anos. Disse ainda que queria aqui deixar uma palavra de apreço à Fundação Portugal Telecom, na pessoa da Eng^a. Clara Cidade, que acompanhou este processo até Loulé onde vivia actualmente e acabou por falecer, agradecendo o papel da Fundação Portugal Telecom no combate à info – exclusão. Terminou dizendo que por via deste caso, já outro, também no concelho de Porto de Mós, está a ser acompanhado, salientando que se trata de um investimento de tal forma grande que não seria possível a qualquer família, nem talvez à autarquia vir a realizá-lo, deixando aqui expresso o seu grande apreço pelo que foi feito pela Fundação Portugal Telecom.-----

-----Disse ainda que tinha sabido que a empresa que comprou o terreno para a construção do hotel, na várzea de Porto de Mós, o fez com o projecto aprovado e que também este mesmo projecto não está de acordo com a área disponível para a implantação do hotel, o que eventualmente poderá levar a que o mesmo não venha a ser construído, perguntando como é que tal foi possível e de quem é essa responsabilidade.-----

-----Exibindo uma fotografia de um extintor com o prazo de validade esgotado, colocado num espaço publico do município, questionou o senhor Presidente da Câmara enquanto responsável pela Protecção Civil, como é que tal é possível, sabendo-se que ao município cabe dar o exemplo e ter em conformidade as questões da segurança, perguntando se aquele estaria em condições de dizer se este se trata de um caso único ou se existem situações idênticas em outros espaços do município.-----

-----**Fernando da Silva Matos de Moraes Sarmiento (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – P.S.):**-----

-----Começou por registar com agrado as obras, tanto de saneamento básico como de abastecimento de água que tem vindo a ocorrer na freguesia de Alqueidão da Serra, tendo destacado sobretudo a construção do novo depósito que espera fique já em funcionamento este verão, sublinhando particularmente a grande intervenção que se está a fazer na Rua da Chã. Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara, para quando prevê o embelezamento de toda a zona limítrofe à Rotunda do Major.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):**-----

-----Regozizou-se com o aparecimento do Boletim Municipal, que não considera ser um objecto de propaganda politica, e que existe há muito tempo nos outros concelhos e que desde o inicio demonstra um claro respeito por todos os órgãos do município, contemplando todos os Presidentes de Junta e Membros da Assembleia Municipal, sendo uma revista abrangente e que pretende divulgar aquilo que é a acção do executivo.-----

-----Disse ainda que se regozijava com muitas das obras que tem vindo a ser desenvolvidas pelo executivo municipal, e não concordando com algumas coisa disse ser normal e saudável em democracia, dizendo que a intervenção de José Jorge Couto Vala o tinha deixado mais tranquilo porque a oposição reconhece a existência de obras feitas, que vêm dignificar a vila. Acrescentou que não tendo que dizer relativamente a essas, a oposição já vai ao pormenor (e sem tirar a importância de que esses pormenores eventualmente se revistam), de tirar fotografias a extintores. --

-----Elogiou depois muitas das obras que se têm vindo a realizar na vila, nomeadamente ao nível da circulação de peões, chamando a atenção também para a vertente económica e para o que significa para os empresários do concelho a aplicação de materiais oriundos do mesmo, nomeadamente a pedra, que neste momento é uma das maiores riquezas do concelho. Fez ainda menção à intervenção que deverá ter lugar na Praça da Republica e em que a pedra terá um papel determinante, e também os arranjos paisagísticos da Praça Arménio Marques, com o embelezamento e a criação de alguns passeios pedonais, em que mais uma vez a pedra do concelho será determinante.-----

-----Corroborou depois as declarações de Gisela Ferreira, relativamente ao sentido único que a Rua da Saudade deverá adoptar, sendo uma medida disciplinadora do trânsito bem como de segurança, nomeadamente por se tratar de uma zona onde se encontram muitas escolas.-----

-----Relativamente à Casa Velório, disse que esse não será um assunto consensual, devendo quem está nestes cargos, apenas decidir da melhor forma possível, porque os dois locais apontados, ambos terão inconvenientes. E apesar de ser uma infra-estrutura que ninguém quer ao pé da porta reveste-se de uma importância fundamental para a população, principalmente das populações da vila de Porto de Mós, pela que a sua construção é urgente. -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes, e dirigindo-se a **Gisela Ferreira** agradeceu as suas palavras. Relativamente às recomendações quanto as obras da EB2, pediu um esforço de memória aos presentes para que se lembrassem do que era a estrada da Corredoura há um ano atrás e aquilo em que a intervenção a que foi sujeita a transformou, bem como a própria vila de Porto de Mós. Referiu-se depois à situação preocupante em que se encontram as pontes de acesso à vila de Porto de Mós, passando a enumerar as diversas deficiências que apresentam e dizendo que esteve hoje com o senhor Governador Civil aqui em Porto de Mós tendo tido ocasião de lhe mostrar como o problema é preocupante, nomeadamente a ponte de Rio Alcaide tendo aquele se mostrado sensível aquela situação. Quanto á questão do sentido único a implementar na Rua da Saudade disse que, efectivamente, e atendendo ao caos de transito que se verifica ás horas de entrada e saída das crianças do Jardim Infantil, faz sentido essa hipótese.-----

-----Quanto a **José Jorge Couto Vala**, respondeu que o extintor, cuja fotografia aqui exibiu está na EB 1 de Porto de Mós, tendo aquele retorquido que não, e que se situa nas Piscinas Municipais. O senhor Presidente da Câmara respondeu que sabe que também na EB 1 existe um extintor nessas condições e agradecendo a informação disse que essa situação seria resolvida. -----

-----Relativamente à implantação da Casa Velório no Morro de Santo António, respondeu a este interveniente que a realização do Mercado não pode condicionar o desenvolvimento de uma vila. Referiu-se também neste contexto às Festas de S. Pedro, dizendo que Porto de Mós não pode ficar refém das Festas que se realizam uma semana por ano, sendo um dos motivos para se ter feito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naquele sítio o campo de futebol sintético. Quanto ao mercado, isso também não pode condicionar os funerais que por norma até são feitos quase todos da parte da tarde.

-----Disse ainda, relativamente à jovem Daniela Santos que subscrevia inteiramente as declarações que fez e os agradecimentos às entidades envolvidas, pelo que esse apoio significou tanto para a criança como para os pais e demais envolvidos.

-----No que se refere ao que aquele disse acerca da aprovação do hotel, respondeu que o responsável é a Câmara Municipal que aprova com base no levantamento que lhe é fornecido, não havendo nenhum levantamento, nem poderia haver, que a Câmara tivesse que ir confirmar ao local, antes de mais porque os documentos são assinados por técnicos que apresentam declarações de responsabilidade no processo, a declarar a conformidade com normas legais e regulamentares em vigor. Passou depois a explicar as vicissitudes que levaram a essa situação, terminando por referir que a diferença se cifrará sensivelmente em um metro e que o hotel, que tem previstos espaços verdes, poderá resolver o seu problema dessa maneira, reduzindo-os, pelo que não há qualquer razão para se inviabilizar a sua construção.

-----Agradeceu depois as palavras elogiosas que foram proferidas pelo senhor Presidente da Junta de freguesia de Alqueidão da Serra no que refere à realização das obras de saneamento e de abastecimento da rede de água.

-----Relativamente às obras de embelezamento da Rotunda do Major, disse que se está a estudar o projecto e que a seu tempo aquele seria divulgado e levado a efeito.

-----A Fernando Amado respondeu que a questão do sentido único na Rua da Saudade, está a ser equacionada estando aí também em causa a questão do recuo do muro frente ao Jardim Infantil, propriedade do Sr. Pires e que já concordou em que aquele recuasse um metro e meio, contribuindo assim para o alargamento da estrada.

5. PERIODO DA ORDEM DO DIA::

-----**5.1. . Pedido de autorização da Contratação de Empréstimo Bancário de Longo Prazo no valor de 600.000,00 €, destinado ao financiamento de obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008, nomeadamente em vias de comunicação;**

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que a cedeu ao senhor Vice Presidente que começou por dizer que esta é uma situação já de todos conhecida, uma vez que foi aqui anunciado durante a última sessão da intenção de contratação deste empréstimo com vista ao financiamento de obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2008, que não foram contratualizadas na vigência do actual executivo e que ascendem a cerca de setecentos e setenta mil euros, tratando-se de uma situação à qual a Câmara não poderá deixar de dar cumprimento, tendo em conta que os processos das referidas obras se encontram neste momento em Tribunal e em fase de resolução. Disse ainda tratar-se das obras que foram efectuadas em Setembro de 2005, e que não tendo sido sujeitas a contratualização, irão agora ser regularizadas em função das decisões judiciais que vierem a ser tomadas. Acrescentou ainda que o limite de endividamento da Câmara Municipal, calculado de acordo com as novas regras estabelecidas pela Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado para o ano de 2007, não se encontra esgotado nem o ficará com a eventual contratação deste empréstimo. Esclareceu ainda que este empréstimo é de longo prazo, pelo período de 15 anos e a sua aplicabilidade restringe-se apenas a este fim, indo o dinheiro ser disponibilizado à medida que as decisões que forem sendo tomadas.

-----Referiu ainda que nesta altura já foi feito um pagamento a uma empresa dado que se chegou a acordo com a mesma que considera vantajoso para a autarquia e portanto esse valor que já foi pago não caberá no âmbito deste empréstimo

-----Chamou depois a atenção dos membros da Assembleia de uma inovação que foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

introduzida com a nova Lei das Finanças Locais, e que diz no seu artigo 38º, nº 8 que “ *Sempre que os efeitos da celebração de um contrato de empréstimo se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, deve aquele ser objecto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efectividade de funções*”. Disse ainda que estava a alertar para este facto, por ter por experiência que, muitas das propostas que aqui são apresentadas pela Câmara Municipal, têm passado com a abstenção de, por vezes, a maioria dos membros da oposição, coisa que a acontecer neste caso concreto, poderá significar a rejeição do empréstimo. Acrescentou ainda acreditar ser da vontade de todos a regularização desta situação que se arrasta há já tempo de mais, razão pela qual este empréstimo deverá ser aprovado. -----

-----**António Pereira Carvalho (P.S.):**-----

-----Manifestou a sua concordância com este empréstimo, dizendo que ele indirectamente já foi aprovado aquando da aprovação do orçamento, terminando por dizer que o sentido de voto seria favorável.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**, usou da palavra para pedir um pequeno esclarecimento, relativamente ao empréstimo e à preocupação manifestada pelo senhor Vice Presidente em não comprometer o futuro, referindo que um empréstimo a 15 anos comprometerá concerteza o futuro. Referiu depois que o senhor Vice Presidente disse que o capital em dívida ronda os 700 mil euros e que se sabe que estas dívidas vencem juros e que estes são computados à taxa legal de 11%, sendo certo que a Câmara terá interesse em fazer um acordo judicial, perguntando se a Câmara já tem apalavrado esse acordo, qual o prazo de pagamento do montante em dívida, dizendo que se o empréstimo for aqui aprovado a Câmara terá todo o interesse em liquidar de imediato a dívida, porque os juros do empréstimo serão menores do que aqueles que os credores podem exigir legalmente, pedindo que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse esse ponto.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (P.P.):**-----

-----Interveio para dizer que considera que quinze anos para um empréstimo deste montante, é um prazo razoável e que não irá comprometer o futuro, porque quem vier a seguir tem condições para honrar este compromisso. Disse ainda que é necessário que todos os presentes compreendam a real necessidade deste empréstimo que se destina a pagar obras que foram efectuadas sem que estivessem devidamente contratualizadas, devendo a Câmara Municipal, enquanto pessoa de bem, honrar esses pagamentos. Acrescentou ainda que se se conseguir um acordo se evitará pagamento dos juros que são elevados, constituindo mais uma vitória deste executivo, se conseguir fazê-lo.-----

-----**Vitor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Referiu que o executivo encontrou uma maneira muito airosa de resolver o problema herdado, devendo esta Assembleia dar-lhe o seu aval, com a aprovação do empréstimo. -----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Disse que se está aqui perante mais um pedido de financiamento, proposto pela Câmara Municipal, que disse não estar tão fundamentado como aquilo que o senhor Vice-Presidente quis fazer crer, porque se se ler a ordem de trabalhos, esta refere no seu ponto nº 1, “...**destinado ao financiamento de obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008, nomeadamente em vias de comunicação.**” O que significa que tanto podem ser obras do passado como obras do presente, sendo que a expressão “vias de comunicação” torna muito amplo o conceito. Apesar do senhor Presidente da Câmara ter declarado na última sessão que este pedido de empréstimo se destinaria a fazer o pagamento de obras do passado, é certo que a descrição que é hoje aqui apresentada é mais ampla e aberta do que seria de esperar. Disse ainda que não está tão fundamentada quanto isso porque deveria vir aqui anexado a este pedido, uma relação do que efectivamente está por pagar e quais os valores envolvidos, fazendo ainda menção á discrepância de valores inicialmente apontados e aos que neste momento estão em causa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntando o que é que fez baixar estes valores. Acerca das negociações que a Câmara está a manter com os credores, perguntou quais serão os valores finais que a Câmara irá pagar. Disse ainda que gostaria que este processo tivesse sido conduzido com mais transparência, porque quando se fala em valores e não se fala em obras concretas fica sempre no ar alguma suspeita, nunca se sabendo do que é que se está realmente a falar. Referiu ainda que são precisos 600 mil euros e que a Câmara vai ter capacidade para pagar a parte restante, perguntando se há parte restante. Quanto ao empréstimo em si, disse que concorda mais com 15 anos para este empréstimo do que com 20 anos para o empréstimo para a aquisição de terrenos para a zona industrial, que as fim de 3 ou 4 anos estão a ser vendidos. Afirmou ainda que verificou que neste empréstimo há uma carência de dois anos, o que significa, que só o próximo executivo é que irá começar a pagar este empréstimo. Terminou dizendo que não ficou bem esclarecido quanto ao que se falou acerca deste empréstimo lamentando que este pedido de financiamento não esteja melhor fundamentado.-----

-----**Fernando Manuel Marques Amado (P.S.):**-----

-----Congratulou-se com a forma como este processo tem vindo a ser conduzido pelo executivo. Disse ainda que, na última sessão e durante a aprovação do orçamento, estava à disposição desta assembleia as situações correspondentes a essas verbas que não estavam documentadas e portanto, não pode agora o senhor Luís Almeida vir argumentar que não sabe de que situações se trata, acusando que este processo carece de transparência. Acrescentou ainda que o senhor Vice Presidente teve a preocupação de esclarecer que a própria instituição bancária apenas libertará as verbas mediante a apresentação de documentos que comprovem que são para aquelas obras que estão ali especificadas.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** usando da palavra disse que afinal as contas da Câmara não estavam assim tão mal como se quis fazer crer, como se pode comprovar pelos limites de endividamento da autarquia que estão bastante folgados, fazendo votos para que os vindouros, possam dizer o mesmo. No que se refere ao pagamento, disse que, e uma vez que as obras estão feitas, só tem é que se pagar.-----

-----Lamentou depois que não se tenham apurado responsabilidades relativamente a esse assunto. No que se refere ao pedido de financiamento, disse que o prazo está adequado, ao contrário dos anteriores, para a zona industrial. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que quem iria responder aos anteriores intervenientes seria o senhor Vice-Presidente, mas que deixaria duas notas. Assim respondendo a Olga Silvestre disse que os acordos efectuados respeitam a dois empreiteiros apenas, pois são seis ou sete e concretizando, disse que existe acordo com Manuel Gomes António e com Asibel, tendo já pago 50% ao primeiro em Janeiro de 2008 sendo os restantes 50% pagos em Janeiro de 2009, sem quaisquer encargos, disse referindo-se a revisão de preços e juros de mora. Quanto á Asibel, também foi feito acordo, nos mesmos moldes, devendo ser pagos, 75% do valor este ano e 25% em 2009. Relativamente ás outras situações estão para decisão no tribunal.-----

-----Relativamente à acusação de falta de transparência, disse concordar, porque quando um empreiteiro alcatroa 19 ruas em Setembro de 2005, sem quaisquer concursos ou adjudicações, existe falta de transparência. Relativamente ao anterior empréstimo referiu que aquele não se destinava apenas á aquisição de terrenos para a zona industrial mas também para a zona verde, que não são vendidos, tendo sido uma excelente decisão desta assembleia municipal contrair aquele empréstimo, porque está aqui em causa o desenvolvimento económico do concelho. -----

-----Terminando, deu a palavra ao senhor Vice-Presidente, que passou a responder aos anteriores intervenientes, referindo que este foi um processo penoso, dizendo não estar interessado em "chocalhá-lo" mais, sendo a solução encontrada senão a desejável foi a melhor possível, não descortinando outra que pudesse fazer face ao pagamento dos credores. Disse ainda que para pagar há que ter as condições para o fazer, não só económicas, mas também procedimentais. A **Luís Almeida**, disse que este havia recebido na assembleia de Dezembro, todas as informações que

constam do anexo ao Orçamento, tendo-se absterido de voltar a juntar essa documentação porque já estava na posse dos membros da Assembleia, pelo que não colhe a arguida falta de fundamentação.

Relativamente a **António Pires** reafirmou que ao contrário do que ele disse, as contas da Câmara na altura em que este executivo tomou posse estavam muito más, não tendo no entanto qualquer vontade de estar aqui a procurar responsáveis mas apenas de resolver a situação de uma forma que seja satisfatória para a Câmara e para os credores.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos - . **Pedido de autorização da Contratação de Empréstimo Bancário de Longo Prazo no valor de 600.000,00 €, destinado ao financiamento de obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008, nomeadamente em vias de comunicação** - posto a votação, **sendo aprovado com maioria absoluta, com 25 votos a favor e 5 abstenções.**

5.2. Proposta de Alteração ao Regulamento e Planta Síntese do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire;

O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Jorge Cardoso que passou a fazer um breve esclarecimento sobre esta matéria referindo que dada a procura de lotes na Zona Industrial de Mira de Aire e ao interesse por parte de algumas empresas em instalar neste parque, unidades industriais de maior dimensão, existe a necessidade de proceder a ajustes no regulamento e nos polígonos de implantação, a fim de se permitir a junção efectiva da construção em vários lotes, tendo-se proposto que a linha c) do artigo 4º do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire, passe a ter a seguinte redacção:

"Artigo 4º"

"c) Será permitida a junção de vários lotes, no caso de unidades industriais cuja dimensão o justifique;"

João Pedro da Silva Pinheiro (P.S.D.):

Usando da palavra disse que estava completamente de acordo com a alteração, mas que se devia ter em atenção o facto de esses lotes deverem ser contíguos, por forma a poderem ser anexados.

Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (P.P.):

Disse que votaria a favor, porque são sempre bem-vindas as empresas para o nosso concelho e que a função da Câmara e da Assembleia é facilitar a implantação dessas empresas.

João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PSD):

Interveio dizendo que, é sabido que os lotes das zonas industriais têm uma área de ocupação para construção e que ao fazer-se o que aqui se propõe, não se altera essa função, perguntando ainda se esta situação não poderia ser aplicada ao Parque Industrial do Juncal, dado que poderá surgir uma situação semelhante.

António Manuel Sousa Pires (PSD):

Usando da palavra disse que existindo um regulamento, o mesmo tem de ser cumprido ou então se estiver desajustado, o mesmo terá que ser adaptado. Disse ainda concordar com a unificação dos lotes no caso de implantação de grandes indústrias no concelho perguntando ainda se nesta situação a Câmara irá vender com a intenção de juntar mesmo os lotes, deixando de haver o lote 1 e o lote 2 e passando a haver um único lote com a área de ambas somada.

O senhor Presidente da Câmara disse respondendo a João Pedro Pinheiro que a sua

observação não faz sentido, porque o que está aqui em causa para o Parque Industrial de Mira de Aire é que de acordo com as peças desenhadas é possível construir em vários lotes. De acordo com as peças escritas há um desfasamento entre ambas, pois devia ter-se dito no regulamento que seria possível juntar dois ou mais lotes. Disse ainda a António Pires que quem comprar dois lotes contíguos, compra sempre dois lotes e não um lote com a área dos dois. Esclareceu também que a área da construção é a área das somas já previstas anteriormente, sendo índices definidos de acordo com o regulamento. Referiu depois que até à data só temos duas situações de transmissão de lotes. Relativamente à zona industrial do Juncal, disse que o seu Regulamento já prevê isto, pelo que já está contemplado. Disse ainda que quando se recebem candidaturas para a venda dos lotes, estas têm que ser devidamente fundamentadas e até esta data tudo o que está construído na zona industrial é com CAE de actividade económica de indústria.

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos, posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**5.3. Proposta de Alteração ao Regulamento e Planta Síntese do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Porto de Mós**

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Jorge Cardoso, que passou a dizer que durante a construção da segunda fase das infra-estruturas na zona industrial de Porto de Mós, se verificou que alguns lotes ficaram com a área alterada em relação à prevista inicialmente, pelo que é necessário proceder a ajustes no regulamento e na configuração dos lotes, propondo um novo quadro de lotes. Propôs também que a alínea g) do artigo 4º do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Porto de Mós, publicado no Diário da Republica nº 281/2002 – II série, de 05.12.2002, passe a ter seguinte redacção:

-----**“Artigo 4º”**

-----**“Caracterização e Ocupação dos Lotes Industriais”**

-----“g) Será permitida a junção de vários lotes, no caso de unidades industriais cuja dimensão o justifique e sem prejuízo da aplicação dos parâmetros urbanísticos referidos nas alíneas anteriores.”

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD)** usou da palavra para perguntar se quem comprar um lote para logradouro também tem que construir alguma coisa ou se o edifício já existente é suficiente.

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (P.P.):**

-----Sobre este ponto disse reiterar que se devem dar as condições ideais às empresas que se querem implantar no concelho. Disse ainda que acha que a Zona Industrial de Porto de Mós é neste momento um êxito e tendo o senhor Presidente da Câmara há pouco referido que foi rejeitada uma empresa que se queria implantar na zona industrial por não se integrar na filosofia da mesma, uma vez que se tratava de um armazém de produtos para revenda e não de uma empresa produtiva, disse que a Câmara deveria ter alternativas que permitissem a fixação dessas empresas no concelho, não nas zonas industriais, mas noutra local, de forma a permitir o desenvolvimento económico do concelho.

-----**José Jorge Couto Vala (PSD):**

-----Usou da palavra para colocar duas questões, sendo a primeira relacionada com um lote que é cortado por um caminho e que inutiliza boa parte do mesmo, perguntando se foram esgotadas todas as possibilidades para alterar o traçado daquele caminho. Perguntou depois se foi previsto para a zona industrial, uma área para serviço social de forma a que as empresas ali instaladas e as pessoas que ali trabalhem, possam deles usufruir, considerando ser um factor essencial para um maior sucesso do parque industrial.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**

-----Usando da palavra, disse que uma empresa que ali esteja instalada e comprando o lote da frente ou do lado para estacionamento, nesse lote irá incumprir o regulamento que diz que tem que construir nesse lote no prazo de dois anos, acrescentando que para não violar o regulamento terá que unificar os dois lotes num só ou então terá que se criar uma salvaguarda no Regulamento dizendo que desde que seja para estacionamento não terá que cumprir aquela cláusula.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que relativamente ao caminho referido, se trata de uma via importante para acesso a todas as fazendas que ali existem e futuramente uma ligação importante à estrada do Tojal. Também não se poderia alterar o traçado pois iria colidir com uma empresa já ali existente. Referiu ainda as razões pelas quais houve reduções nas áreas dos lotes, nomeadamente de que quando este Plano de Pormenor foi feito, não havia a geo-referenciação que há hoje, tendo o projecto sido feito em cima de uma carta 1/200, pelo que existem diferenças.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que se dispensaria de ler o documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia, fazendo no entanto questão de ressaltar alguns pontos do mesmo, entre os quais referiu a rotunda de S. Jorge que foi objecto de negociações apertadas com a empresa Jerónimo Martins que irá instalar brevemente uma superfície comercial no concelho. Para além do mais disse, esta rotunda veio resolver um problema de uma rotura numa condução de água que atravessava a Estrada Nacional e onde se perdiam milhares de litros de água e que as Estradas de Portugal não deixavam reparar, tendo sido já esta situação resolvida.-----

-----Referiu ainda o asfaltamento realizado em S. Bento com correcção de curvas na estrada de Cabeço das Pombas a Vale Florido, onde já haviam ocorrido alguns acidentes fatais.-----

-----Fez ainda menção ao recomeço das obras na Cruzinha do Juncal, passando a explicar as razões daquela suspensão e que se prendiam com trabalhos a mais excessivos que o empreiteiro estava a contabilizar. Referiu ainda as obras de melhoramento da Rua da Saudade em Porto de Mós, com a construção de passeios em frente ao Tribunal bem como passeadeiras e asfaltamento da rua.-----

-----Fez ainda menção à ligação da zona industrial de Porto de Mós à Estrada Nacional Nº 1, estando prevista a sua marcação para breve.-----

-----Referiu ainda a iluminação pública da Rua da Boavista, estando já adjudicada à EDP, sendo do troço da Ribeira de Cima, até ao início da Rua da Boavista, dado que anda ali muita gente a pé. Referiu depois a remodelação da condução do Tojal, que já está a avançar.-----

-----Referiu depois que se está neste momento em concurso para duas novas captações para abastecimento de água, situando-se uma muito perto dos Pragais e a outra perto da estrada que vai da Cruz da Légua para o Chão Pardo, estando a fugir das zonas existentes, ou seja dos mesmos lençóis dado que se houver uma contaminação naqueles fica impossibilitado o abastecimento de água, e assim criam-se alternativas. Disse ainda que está concluído o projecto de abastecimento de água a Penedos Belos.-----

-----Disse ainda que está em fase de concurso a requalificação da Praça da Republica. Quanto à Praça Arménio Marques, disse que já foram abertas as propostas, que ronda os cem mil euros, a obra que ali vai ser feita.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No âmbito da Educação e Cultura, referiu ainda a ampliação do refeitório da EB 1 de Porto de Mós, que já está a funcionar, referindo depois entre outras, as intervenções feitas na Escola da Mendiga e Jardim de Infância do Juncal.-----

-----A nível do Desporto, destacou a realização do Campeonato Nacional de Corta Mato que terá lugar no espaço em frente à Esplanada Jardim, zona que foi aprovada pela Federação Portuguesa de Atletismo para esse efeito.-----

-----Fez ainda referencia à visita de hoje do senhor Governador Civil de Leiria ao concelho tendo este ficado maravilhado com o projecto referente à helipista de Alcaria.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usou da palavra fazendo uma recomendação ao senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de permitir a réplica nas intervenções dos membros desta assembleia, principalmente no que se refere a assuntos inscritos na ordem de trabalhos.-----

-----Fez depois referencia a alguns assuntos referidos pelo senhor Presidente da Câmara, principalmente no que se refere ás obras da Cruzinha pediu alguns esclarecimentos, dizendo pensar que está adjudicada a estrada que liga o Juncal ao Andam, dizendo ainda que se fala que da Cruzinha para o Chão Pardo não está adjudicada, perguntando se a intervenção é geral ou parcial. Disse ainda ter ouvido algumas críticas sobre a rotunda ser grande demais para o local. Relativamente à conclusão do projecto dos arranjos urbanísticos do Juncal perguntou sobre o que é que se estava a falar. Acerca do Centro de Saúde do Juncal, perguntou se já teve lugar a reunião que estava prevista para Janeiro e se já está previsto algum local para a sua implantação. Fez ainda referencia à feira do Juncal, dizendo que os feirantes têm vindo progressivamente a ocupar a estrada em frente ao Centro de Saúde, como a pouco e pouco estão a começar a entrar pelo Juncal, dizendo ser a altura de se começar a pensar em arranjar outro local para a instalação do mercado.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (P.S.):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, disse concordar com o anterior interveniente quando ele diz que os membros da assembleia deveriam ter uma segunda oportunidade de falar, dado que, durante a discussão se suscitam algumas duvidas e ideias que necessitam de esclarecimentos. Assim o porque o Regimento o prevê, disse, deveria ser possível uma reinscrição para debater essas ideias. Congratulou-se depois com o facto de na rotunda de S. Jorge terem sido efectuados os trabalhos de remodelação da conduta que já aqui foi citada, resolvendo o problema da perda de água que ali se verificava à largos anos, parabenizando o senhor Presidente da Câmara por isso e elogiando o excelente trabalho que tem vindo a ser feito em todo o concelho.-----

-----**Maria Antonieta Girão FEVEREIRO Mariano (P.P.):**-----

-----Reiterou o que foi dito pelos dois anteriores intervenientes, relativamente ao facto de se poder fazer uma nova inscrição para rebater ideias, dizendo não saber que isso estava contemplado no Regimento.-----

-----Referindo-se depois ao documento que foi distribuído pelo senhor Presidente da Câmara disse querer dar os parabéns ao executivo por se estar a preocupar em usar os materiais da região, nomeadamente a pedra que é um dos factores económicos mais importantes do concelho.-----

-----Elogiou depois as obras que foram efectuadas na Rua da Saudade e o reforço dos pontos de iluminação pública.-----

-----Congratulou-se também, entre outras coisas pelo abastecimento de água a Penedos Belos na freguesia de S. Bento dando também os parabéns ao senhor Presidente da Junta pelo interesse

que manifesta relativamente ao desenvolvimento e bem-estar daquelas populações.-----

-----Chamou depois a atenção para o péssimo estado em que se encontra o Parque de Campismo de Arrimal, apelando aos responsáveis para intervirem naquele espaço. -----

-----Relativamente à Casa da Cultura de Mira de Aire, congratulou-se também pela sua adjudicação. -----

-----Referiu-se também à instalação da CERCLEI no antigo matadouro como forma de requalificação daquele espaço.-----

-----Quanto ao projecto paisagístico da Parque Verde de Porto de Mós, pediu ao senhor Presidente que fizesse mais alguns esclarecimentos acerca desse assunto.-----

-----Na Cultura, ressaltou depois um evento que teve lugar no Cine-Teatro de Porto de Mós em 12 de Fevereiro último e em cuja organização ela própria esteve envolvida, e que se traduziu numa conferência subordinada ao tema "A Auto Realização Corporativa: Um Novo Estilo de Gestão do Século XXI" , em que foi orador o Dr. Alfredo Sfeir-Younis, e que considerou ter sido um êxito para o concelho.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse relativamente à camada de desgaste que foi colocada na Fonte dos Marcos, que esperava que isso resolvesse a situação, embora ache que os acidentes que ali têm ocorrido não tenham a ver apenas com isso mas também com a curva que ali está. Perguntou depois, se aquando das obras de requalificação da Praça Arménio Marques se aproveitaria para intervir no cinema. Perguntou ainda que contrapartidas é que Porto de Mós e esta região terão relativamente à deslocação do aeroporto da Ota para Alcochete.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **Luís Almeida** acerca dos alcatroamentos no Juncal, que o que está adjudicado é a construção da rotunda e o alcatroamento desde a rotunda até ao Andam. Disse ainda que a rotunda está a ser feita, tendo em conta que no futuro a variante do Juncal será ali.-----

-----Disse depois que já reuniu com a Administração Geral de Saúde do Centro em Coimbra, tendo dito que é urgente que se defina o local da construção do Centro de Saúde do Juncal, dizendo ser de ponderar a hipótese de requalificar o edifício da antiga Casa do Povo, dado que está no centro da vila, tem estacionamento e o terreno é da Junta de Freguesia e que os serviços e actividades que lá se desenvolvem serão transferidos para outros edifícios.-----

-----Relativamente ao mercado do Juncal, disse que esse era um assunto da alçada da Junta de Freguesia perguntando para onde é que se poderia mudar o mercado. -----

-----Disse depois, relativamente ao parque de campismo do Arrimal, que aquele se encontra muito degradado, e que é propriedade do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros estando-se a encarar a hipótese de vir a ser gerido pelo Clube Cultural e Recreativo do Arrimal.-----

-----Relativamente ao Parque da Vila disse tratar-se do arranjo paisagístico de toda a zona que fica do lado de lá do rio, entre a esplanada e a VDG1, pelo limite dos terrenos adquiridos e a ponte. É uma área que se pretende ajardinar e embora sendo um investimento avultado, trata-se de uma aspiração da população criar um novo pulmão verde dentro da vila de Porto de Mós. O projecto está a concurso, tendo sido consultados cinco gabinetes de arquitectura e dizendo que o que se pretende para ali, é um percurso temático, um percurso pedonal, arranjar estacionamento a partir da VDG1, são algumas das exigências que constam do caderno de encargos e que foram exigidas aos projectistas. -----

-----Estão também a concurso a aquisição de painéis electrónicos informativos de forma a que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se possam divulgar as actividades do concelho de forma digna.-----

-----Relativamente aos passeios da Ribeira de Cima, a que se referiu **António Pires**, disse que os mesmos são facturados por metro quadrado e não à hora.-----

-----Quanto à intervenção no Cine-teatro, disse que neste momento se está a preparar a reparação do aquecimento, tendo já consultado algumas empresas para esse efeito.-----

-----Relativamente à questão colocada por António Pires acerca da contrapartidas da Ota, disse pensar que o Primeiro Ministro é um homem determinado, e para esta região, nomeadamente para o distrito de Leiria, em Março serão anunciadas obras.-----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO :-----

Joaquim Ramos (Porto de Mós):-----

-----Saudou o executivo pelo aparecimento do Boletim Municipal que lhe pareceu muito bem.---

-----Referiu ainda que no Cemitério Velho, quando existe o levantamento de sepulturas, muitas vezes, a terra daí resultante é colocada à entrada do cemitério, pedindo ao executivo, para que se chame a atenção dos funcionários, para quando se verificarem essas situações, não depositem as terras ali à entrada.-----

-----Manifestou depois a sua satisfação relativamente às obras na Rua da Saudade, chamando no entanto a atenção para o desnível que ficou entre a Rua que lhe é perpendicular (Rua Capitão Cláudio).-----

-----Fez depois uma breve referência às necessidade de reforço da iluminação publica na vila.--

António Almeida (Ferraria):-----

-----Criticou o facto de se ter iluminado a Rua da Boavista, esquecendo mais uma vez a iluminação que pede há vinte anos, das Cabeceiras à Zona Industrial. Referiu-se depois ao facto dos passeios da Corredoura apenas se localizarem do lado direito da estrada. Fez ainda menção ao PDM, dizendo que é um assunto de que deixou de se falar.-----

-----Comentou depois a falta de placas informativas a indicar o Estádio Municipal.-----

-----Terminou dizendo, esperar que o Boletim Municipal seja uma mais valia no sentido de mais e melhor informação daquilo que se faz no concelho, informação essa que até agora não tem chegado à população.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse, relativamente ao PDM, que no início da sessão fez o ponto da situação relativamente ao PDM, passando a responder a **António Almeida**, e fazendo a súpula do que atrás foi dito.-----

-----Relativamente a **Joaquim Ramos**, disse que relativamente às terras do cemitério tomará nota e providenciará no sentido de que isso não volte a acontecer. Disse depois que está a preparar um reforço de iluminação para a zona histórica de Porto de Mós.-----

MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deliberações: **1. Suspensão do PDM para duas áreas dentro do perímetro urbano da vila de Mira de Aire e aplicação de medidas preventivas; 2. Adesão à Associação Municipal Pinhal Litoral; 3. Candidatura UAC aprovação dos Estatutos da Agência para a Promoção e Desenvolvimento** tendo estas sido submetidas a votação e aprovadas por unanimidade. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.30 do dia 23 de Fevereiro e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

